

SOCIEDADE

Diocese do Huambo divulga documentos da guerra de 1993

'Contra o extermínio de uma tribo'

PÚBLICO, 25.10.95

Adelino Gomes

São mensagens, exortações pastorais, apelos ao Governo, cartas à UNAVEM, à UNITA. A matéria é escaldante. O MPLA achava que a Igreja Católica no Huambo simpatizava com a UNITA, e o arcebispo chegou a ser alvo de ataques aéreos. O livro está impresso desde Junho de 1994, mas só agora é que a arquidiocese acha por bem dá-lo a conhecer. De fora, ficam outros documentos igualmente

escalantes e referentes aos tempos de domínio da UNITA. À espera de melhores dias.

No Natal de 1992 já o vigário-geral da diocese, António Mário, falava na ameaça de bombardeamentos aéreos sobre o Huambo, a segunda maior cidade de Angola. A situação é tensa entre as autoridades constituídas e a hierarquia católica local. Dois meses antes, um grupo de missionários — com o arcebispo Francisco Viti à frente — enviara uma carta ao chefe da UNAVEM II a desmentir "boatos persistentes e totalmente caluniosos" segundo os quais o líder da UNITA, Jonas Savimbi, se refugiara em casa do arcebispo.

Com esse argumento, queixam-se os missionários, "o partido adverso ao dr. Savimbi (o MPLA, no poder) estaria a sen-

tir-se no direito de bombardear o arcebispo, quer a partir das forças de que dispõe no terreno quer até a partir da capital do país". Dias antes, narra a carta, registara-se um atentado a tiro, "felizmente não mortal", contra um dos sacerdotes residentes no edifício.

As ameaças levam o arcebispo a partir para Luanda, e daí para Roma, onde permanecerá muito para além da batalha dos 55 dias, entre o MPLA e a UNITA, pela posse do Huambo, a cidade que Norton de Matos quis para capital de Angola e à qual, por isso, deu o nome de Nova Lisboa.

A hierarquia local da Igreja Católica decidiu agora tornar públicos quatro dezenas de documentos produzidos entre finais de 1992, quando as confrontações entre governo e UNITA se espalhavam a todo o país, e o Natal de 1993. É a primeira parte de um opúsculo que abarcará igualmente o período de domínio e administração da província pela UNITA.

As últimas semanas de

1992 e primeiros meses de 1993 foram de confrontação total em Angola. A recusa da UNITA de aceitar os resultados eleitorais, seguida da ocupação de numerosos municípios no interior do país, respondera o MPLA com uma ofensiva devastadora em Luanda. Savimbi refugia-se na zona do planalto, onde os resultados das eleições legislativas e presidenciais lhe haviam sido esmagadoramente favoráveis. A guerra fratricida anuncia-se mais mortífera e destruidora do que os violentos confrontos do passado.

A 4 de Janeiro, o vigário-geral do Huambo queixa-se ao chefe da UNAVEM de que "as graves preocupações" de que os missionários lhe haviam dado conta semanas antes "parecem ganhar ainda mais corpo", com "reforçadas ameaças" contra membros da Igreja Católica e edifícios como o do arcebispo.

Continua na pág. seguinte

Savimbi procura amizades

PÚBLICO, 16.10.95

O ANTIGO chefe da guerrilha antigovernamental angolana, Jonas Savimbi, lamentou ontem em Lusaca ter voltado a mergulhar em 1992 o seu país na guerra civil, após breve período em que se acreditou num futuro de paz.

"O recomeço das hostilidades poderia ter sido evitado se houvesse da nossa parte a mesma determinação política que hoje nos anima", disse o líder da UNITA numa conferência de imprensa realizada na capital zambiana, última etapa de um periplo que o levou a vários países da África austral, destinado a cimentar com os líderes da região relações que até há pouco eram inexistentes ou mesmo hostis, dada a preferência deles pelo regime do Presidente

José Eduardo dos Santos.

Savimbi disse não estar desapontado por não ter conseguido ascender por eleições à Presidência de Angola, considerando-se satisfeito com o cargo de vice-presidente oferecido à UNITA.

"Não estou desiludido com a evolução dos acontecimentos, mas o que mais profundamente lamento, ao longo dos meus 37 anos de luta, foram os combates que voltámos a travar em 1992. Poderiam ter sido evitados se na altura tivéssemos demonstrado a mesma determinação política que hoje nos anima", disse Savimbi, 61 anos.

Em 1992, Savimbi remeteu-se novamente à luta de guerrilha, recusando-se a aceitar a derrota

nas eleições internacionalmente fiscalizadas em Angola, consideradas justas e democráticas.

Após a assinatura do Protocolo de Paz de Lusaca, em Novembro de 1994, a UNITA ficou com uma vice-presidência no futuro Governo de unidade nacional, bem como quatro ministérios e sete secretarias de Estado.

Segundo Savimbi, a formação desse Governo de unidade nacional deverá ocorrer em Janeiro ou Fevereiro próximos.

Além da Zâmbia, Savimbi visitou o Zimbábue e a África do Sul, onde teve contactos com os Presidentes Robert Mugabe e Nelson Mandela.

"Savimbi é neste momento um homem muito inseguro", dis-

se à Reuter uma fonte na África austral. "Os dias da guerrilha estão lentamente a chegar ao fim e ele tem agora que preparar para si um quadro de figura política. Já não se trata mais de guerra mas de diplomacia com que tem que tratar, e isso significa desenvolver diferente tipo de amizades".

Desvalorizando os incidentes armados que têm ocorrido desde o cessar-fogo em Angola, Savimbi regressa agora ao seu quartel-general, no Bailundo (centro), classificando-se como "um homem muito feliz e satisfeito" por esta viagem que lhe permitiu estreitar laços com figuras como Mandela, Mugabe ou Frederick Chiluba, o Presidente da Zâmbia, com quem também se encontrou. ■

Cont. da pág. anterior

'Contra o extermínio de uma tribo'

"De que partido é uma criança de peito?"

O início da batalha pela posse da capital provincial, a 9 de Janeiro, dá-lhe razão. Um tanque governamental destrói nesse mesmo dia parte da fachada do arcebispado e um outro entra na casa das irmãs de São José de Cluny. "obrigando os padres e as irmãs a refugiar-se nas casa das irmãs Teresianas".

Os combates inviabilizam a leitura nas igrejas de uma exortação pastoral constituída por "advertências e orientações nesta hora grave" e que se iniciava com uma "análise de situação" em que o governo da arquidiocese dizia que o conflito angolano ganhara "uma conotação perfeitamente tribal, capaz de levar a um genocídio étnico".

Há em Angola "um claríssimo propósito do extermínio de uma tribo, a dos ovimbundos", insiste o vigário-geral. "Se se tratasse de uma guerra partidária, perguntaríamos de que partido é uma criança de peito que nem sequer fala?"

Para a hierarquia católica do Huambo, o drama angolano é o sintoma de uma sociedade que perdeu o sentido da vida e da dignidade da pessoa. "Instalou-se entre nós um espantoso vazio de valores morais e humanos; rege as nossas acções uma enorme ganância do ter e do poder."

O documento enumera em seguida alguns dos mais abomináveis comportamentos generalizados na província: assassinios, desaparecimento de pessoas, distribuição de armamentos a civis, destruições, sabotagens, roubos, bloqueio económico e as "inverdades dos meios de comunicação social" (uma alusão ao noticiário dos meios de comunicação de massas com sede em Luanda e nas mãos do poder do MPLA).

Nos confrontos — que se prolongaram até 6 de Março e tornaram a capital do planalto "um inferno na terra", diz a Comissão das Comunicações Sociais citando a BBC — morreram a irmã espiritual portuguesa Maria Joaquina e um seminarista de Filosofia, e ficaram feridos uma irmã e dois padres, um dos quais o próprio vigário-geral.

No mesmo relatório em que indicam as baixas entre o pessoal religioso e fazem um minucioso balanço dos estragos causados nos seminários, paróquias e instituições diocesanas,

os responsáveis católicos acusam as forças governamentais de transformar a sacristia e o presbitério da Igreja de Santo António em depósito de armamento, fazer lenha dos bancos e das portas e levar o mobiliário e os paramentos "para utilização profana".

O mutismo dos países democráticos

Terminado a guerra, a arquidiocese lança-se em nova batalha: a da urgentíssima ajuda humanitária às populações. Para isso dirige apelos vários ao mundo, garantindo que as confrontações armadas acabaram mesmo e que dizer o contrário "visa apenas evitar que a ajuda humanitária chegue à população".

Quando parecia existir acordo de ambos os lados para o começo dos voos humanitários, ressurgem os bombardeamentos aéreos, "dando à UNITA uma justificação plausível" para dizer não à aterragem dos aviões das organizações humanitárias.

Em 26 de Maio, já lá vai meio ano que o arcebispo se refugiou em Roma, o clero e missionários decidem escrever ao Papa, a quem pedem que interceda "junto das partes intervenientes no conflito". A situação em que a arquidiocese vive, dizem, é de "total isolamento e desolação", com "a fome, a nudez, a doença, a morte" a pesarem sobre o povo "de modo inexprimível".

Seis meses depois do fim da guerra, a 9 de Agosto, são os representantes das seis igrejas cristãs da província que protestam contra os bombardeamentos aéreos e a falta de ajuda humanitária.

Duas semanas depois, o vigário-geral queixa-se de que o apelo teve "muito eco, nacional e internacional", mas não surtiu efeitos práticos: "A ajuda humanitária continua suspensa e os bombardeamentos aéreos intensificaram-se, sem poupar a cidade, os municípios, as aldeias e as lavras."

Naquela que será a mais frontal tomada de posição contra o governo e os países democráticos que o apoiam, o governo da arquidiocese cita um documento, alegadamente atribuído à Presidência da República de Angola, no qual se estabelece que durante a ofensiva sobre o Huambo "deverão ser

atingidos todos os alvos, tanto militares como civis, inclusive as populações, porque estão do lado da UNITA".

"Que direito tem um governo de queimar uma província inteira só porque ela é controlada pelo inimigo? (...) O mundo deve saber que a cidade do Huambo e os seus bairros periféricos não têm quartéis. Por isso, bombardear a cidade e os seus bairros é cometer o crime de um genocídio", prossegue o comunicado, acusando os "países democráticos, que mantêm relações diplomáticas com Angola", de estarem na posse do referido documento e de acompanharem "o dia-a-dia desses bombardeamentos mantendo um mutismo total".

O livro, coordenado pelo missionário espiritual Tony Neves, da Comissão das Comunicações Sociais, encerra com uma mensagem de "perdão mútuo e reconciliação" assinada no Natal de 1993 pelo arcebispo Francisco Viti. Na eua-

ristia que assinalou o seu regresso à cidade, em 3 de Dezembro, concelebrada pelos bispos do Uije, de Benguela e do Cuito-Bié, o vigário-geral, António Mário, dissera que, com o regresso do Pastor, "vão-se mudar os tempos".

Voto piedoso, que a realidade não conseguiu confirmar. So os documentos desta primeira parte do livro, descontados dois ou três textos, são claramente desfavoráveis ao MPLA, já a segunda parte é toda ela muito feroz em relação à UNITA, segundo o PÚBLICO. Nela se denota um ambiente de terror, decorrente de prisões, espancamentos e mesmo matanças levadas a efeito pela organização liderada por Jonas Savimbi.

A mesma prudência, porém, que levou o governo da arquidiocese a aguardar longuíssimos meses para distribuir este primeiro volume (pronto há cerca de um ano e meio, impresso em Fevereiro passado, mas que só agora vai ser distribuído em Angola) faz com que os documentos da segunda parte se mantenham confidenciais "e provavelmente só venham a ser publicados daqui a alguns anos", segundo fonte eclesástica. ■



Trovoada ameaçado

PÚBLICO, 26.10.95

O PRESIDENTE de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, queixou-se de estar receber "ameaças de morte" e acusou "partidos políticos" de "propagandear notícias falsas" sobre a situação no país. "Militantes de partidos políticos puseram de pé um plano para me desencorajarem de me apresentar às próximas eleições presidenciais de Março próximo".

disse o chefe de Estado santomense, terça-feira à noite, durante uma "mensagem à nação". Trovoada, que não citou qualquer formação política, denunciou notícias postas a circular apontando para "movimentos de tropas no interior" de São Tomé e da "existência de atiradores prontos a assassinar o Presidente durante uma desloca-

ção". Durante a mensagem, Miguel Trovoada, que sobreviveu a uma tentativa de golpe de Estado em Agosto, reafirmou a "necessidade da formação urgente de um governo de unidade nacional", recomendada no dia 20 de Outubro pelos principais partidos do arquipélago. Para o antigo Presidente Manuel Pinto da Costa a ideia não é entretanto a melhor solução. Em declarações à agência Lusa, ontem, em Coimbra, Pinto da Costa disse que um governo como o defendido pelo seu sucessor e os partidos políticos não é viável sem "um programa comum", e isso passa necessariamente por "um debate nacional" onde a discussão do actual sistema político seja um dos pontos da agenda. ■

Atentado contra Mugabe atribuído a misteriosa guerrilha

Chimuenjes: um mito descartável?

PÚBLICO, 21.10.95

José Pinto de Sá
em Maputo

Há um mês atrás, o Governo de Harare afirmava desconhecer por completo a existência dos chimuenjes, os misteriosos guerrilheiros zimbabueanos com santuários em Moçambique que estariam a preparar-se para a guerra civil. Agora, de repente, as autoridades culpam-nos de um alegado atentado contra o Presidente Mugabe. Afinal, os chimuenjes existem realmente ou são apenas um mito?

Começou a falar-se deles em Fevereiro. Seriam mais de mil homens armados e constituiriam as alas militares do Movimento da Unidade do Zimbabwe (ZUM), de Edgar Tekere, e da União Nacional Africana (ZANU-Ndonga), de Ndabaningi Sithole, dois dos mais importantes partidos da oposição no país. De acordo com fontes da Administração local, os chimuenjes estariam instalados em antigas bases da Renamo no lado moçambicano da fronteira, nos distritos raianos de Sussundenga e Mossurize, na província de Manica. Nesses santuários, estariam a preparar-se para atravessar a fronteira de regresso ao Zimbabwe e desencadear acções armadas com vista a derrubar o Governo de Robert Mugabe.

O diário pró-governamental "Notícias" citava "antigos guerrilheiros da Renamo" para noticiar a existência de um acordo entre o ZUM e a Resistência Nacional Moçambicana. Segundo o jornal maputense, os dois partidos selaram, há dez anos, "um compromisso, no qual se destacava a necessidade dos chimuenjes apoiar

rem a luta da Renamo". Para o "Notícias", agora teria chegado "a vez da Renamo combater junto dos chimuenjes para derrubar o Governo do Zimbabwe".

A Renamo negou categoricamente essas alegações. O presidente do partido, Afonso Dhlakama, considerou inconcebível que ainda perdurasse as dúvidas sobre a existência dos chimuenjes e suas verdadeiras intenções, e acusou o Governo de incapacidade para enfrentar o problema. "Não é possível que um exército de grande dimensão (...) não tenha actuação até ao momento. Isso é inacreditável", comentou Dhlakama.

A existência dos chimuenjes em território moçambicano, à revelia de Maputo, foi corroborada por responsáveis locais do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE), mas o Governo nunca confirmou taxativamente. Há um mês atrás, o governador provincial de Manica ainda afirmava existirem "informações contraditórias" sobre o assunto, e o próprio ministro moçambicano da Defesa, Aguiar Mazula, limitava-se a informar que o Governo procedia a "uma investigação no terreno para apurar a existência ou não" dos chimuenjes.

Contudo, o seu homólogo zimbabueano era peremptório. "Nós não sabemos nada sobre os chimuenjes, nem te-

mos conhecimento da existência de dissidentes que queiram atacar militarmente o Zimbabwe a partir de Moçambique", declarava a 20 de Setembro o ministro da Defesa de Harare, Moven Mahache.

Detenções

No entanto, um mês antes um tribunal zimbabueano colocara sob prisão preventiva William Nhamakonda, acusado de contrabandar armas com a intenção de assinar o Presidente Mugabe, identificando-o com os chimuenjes. Nhamakonda foi detido perto do Estádio Nacional de Desportos, em Harare, e a polícia apreendeu uma mina, uma metralhadora e algumas munições, alegadamente infiltradas através da fronteira com Moçambique.

Nos primeiros dias deste mês, as autoridades zimbabueanas anunciaram mais detenções em conexão com a alegada conspiração contra Mugabe. Um dos detidos, Simba Mhlanga, suspeito de ser o comandante do braço armado chimuenje da ZANU-Ndonga, terá admitido a existência de um grupo de 11 conspiradores "que recebeu treino militar num país não-especificado para desencadear actos contra o Governo" do Zimbabwe.

No passado dia 14 a polícia deteve o líder da ZANU-Ndonga, Ndabaningi Sitho-

le. Dois dias depois um tribunal de Harare rejeitou o pedido de liberdade sob fiança e mandou encarcerar Sithole, acusando-o de conspirar para matar Mugabe, recrutar combatentes para praticarem actos de sabotagem e organizar o contrabando de armas e explosivos no país. E ontem o jornal "The Herald" anunciou mais duas detenções.

O reverendo Ndabaningi Sithole, de 76 anos, é um veterano da luta anticolonial no Zimbabwe. Antigo companheiro político de Robert Mugabe, tornou-se dissidente depois da independência, em 1980, e fundou a ZANU-Ndonga, que detém os dois únicos assentos que pertencem à oposição no Parlamento de 150 deputados. Tanto Sithole como Edgar Tekere, da ZUM, negaram quaisquer ligações com Simon Mhlanga e afirmaram desconhecer a existência dos chimuenjes. Sithole já anunciou que vai refutar todas as acusações e acusou o Governo de Mugabe de tentar sabotar a sua actividade política, incluindo a sua candidatura às eleições presidenciais de Março próximo.

Agora, tanto em Maputo como em Harare, muita gente começa a questionar se os chimuenjes de facto existem ou se nunca passaram de uma cartada política guardada na manga pelos regimes irmãos de Chissano e Mugabe, para o que der e vier... ■

Angola põe ordem na exploração de diamantes

EXPRESSO, 21.10.95

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

A EXISTÊNCIA de uma verdadeira constelação de pequenas ilhotas estrangeiras, que gravitam e exercem o controlo da vida económica e social, nas províncias diamantíferas das Lundas Norte e Sul à margem da lei, fizeram perder a paciência das

autoridades «tchokweis» — etnia local — que exigiram agora a aprovação pelo Governo de Luanda, de um novo regime de exploração e comercialização de diamantes, cuja aplicação poderá traduzir-se no princípio do fim, da actividade de centenas de grupos de garimpeiros que se instalaram, da noite para o dia, naquelas duas regiões.

Como medida imediata, o Governo suspendeu os voos

para as zonas de exploração, limitou em mais de 50 por cento o número de comerciantes autorizados a exercer actividade comercial, e cerca de dez mil angolanos e 500 estrangeiros, entre zairenses, malianos, senegaleses, sul-africanos e guineenses foram expulsos das áreas onde a Endiama — empresa estatal de exploração de diamantes — vai reiniciar a sua actividade de parceria com outros operadores como a Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, — SPE, Odebrecht e a empresa americana IDAS no domínio da exploração e segurança industrial.

Continua na pág. seguinte

Cont. da pág. anterior

Angola põe ordem na exploração de diamantes

O Partido da Renovação Social (PRS), da oposição, com forte implantação nas Lundas, criticou esta decisão governamental, considerando que «restringe a liberdade de circulação de cidadãos sem alternativa para sobreviver e atenta contra os princípios da liberdade constitucional». A medida do Governo acabou também por desagrar vários operadores angolanos clandestinos ligados a influentes figuras da «numenkatura», que na generalidade dos casos servem para a utilização abusiva de dragas industriais e artesanais, para sulcar o solo e extrair diamantes, e para a realização de voos clandestinos directos entre as Lundas e a África do Sul, sem conhecimento das autoridades aeronáuticas.

Dispostos a reorganizar a situação, os governos locais decidiram continuar a proceder à expulsão, até 30 de Novembro próximo, de todos os estrangeiros em situação ilegal. Esta medida inscreve-se numa recomendação inserida no programa de reestrutur-

ração do sector diamantífero, que reconhece que a actual situação nas Lundas, resulta do facto da Endiama possuir um excesso de mão-de-obra não qualificada, e do actual regime de livre circulação e fixação de residência ter acumulado um elevado número de estrangeiros, que na ausência de actividades produtivas, se dedicam ao garimpo ilícito de diamantes, e importação e venda a preços especulativos de bens alimentares e industriais.

Pôr as coisas em ordem...

Ao nível institucional, a maior resistência local provém de alguns círculos das forças armadas governamentais, cuja permanência em certas áreas se assemelha ao cenário de um autêntico «far-west». «Eles (os gerais), estão a enriquecer com a guerra, através de contratos em que a sobre facturação é a divisa principal; porque razão, depois de termos dado o nosso 'cabedal' na guerra, também não podemos endireitar a nossa

vida?» — interrogava-se em conversa com o EXPRESSO, Laurindo da Fonseca, antigo oficial subalterno das ex-FAPLA, que há mais de cinco anos abandonou a família em Luanda para mergulhar no submundo do garimpo.

Do lado da UNITA, o panorama não é melhor. A única diferença é que as zonas onde são garimpados os diamantes, destinados à «numenkatura» dos homens do «galo negro», (e que se admite que venham a ser alvo de um acordo de partilha de riqueza com Luanda...), permanecem territórios fora da alçada jurisdicional do Governo. Em ambos os casos, o quadro é o mesmo: desordem pública acentuada, aumento do consumo da droga e da criminalidade, prostituição generalizada junto dos postos fronteiriços e, em consequência disso, um elevado número de casos de sida. O Governo, para combater o tráfico ilícito e controlar o garimpo, decidiu ainda proceder à anulação de licenças e ao encerramento de postos de venda que haviam sido auto-

rizados em 1992, ao mesmo tempo que, assentes em novos critérios, desencadeia um novo processo de outorga de concessões, que estará concluído em finais deste ano. Como produto do licenciamento de 65 novas empresas, os governos locais arrecadaram já cerca de 3 milhões de dólares e, de acordo com declarações de uma fonte do Conselho de Ministros ao EXPRESSO, a futura estratégia do Governo é «retornar à política de acesso, restringindo certas zonas, tal como os portugueses o faziam no período colonial». Os futuros operadores vão ter, por outro lado, que se confrontar com um novo regime fiscal de actividade geológica e de minérios, obrigando-se a constituir uma provisão destinada a custear a recuperação do meio ambiente. O Estado impõe aos titulares o pagamento anual de uma taxa de superfície equivalente a um dólar por quilómetro quadrado, durante os primeiros anos e três e quatro dólares a partir do terceiro e quarto anos respectivamente.

Narcotráfico em Moçambique tem ligações políticas

Frelimo "connection"

José Pinto de Sá
em Maputo

Mais de 120 toneladas de haxixe passaram por Moçambique nos últimos dois anos, parte delas a caminho de Portugal. O tráfico associou empresários "paquistaneses", políticos frelimistas e até um ex-cônsul espanhol que agora dirige uma empresa da esposa do primeiro-ministro. Quem o diz é a polícia, que sabia de tudo desde 1993 mas deixou andar.

PÚBLICO, 23.10.95

A importância do "corredor moçambicano" no narcotráfico mundial veio a lume inesperadamente em Maio último, quando a polícia, numa alegada operação de rotina, apreendeu em Maputo dois contentores com 40 toneladas de haxixe. As autoridades anunciaram a destruição da droga, proveniente do Paquistão e orçada em mais de cem milhões de dólares.

Semanas depois, a Polícia de Investigação Criminal (PIC) deteve o empresário de

origem paquistanesa Mohamed Ikbal Abdul Gafar, atribuindo-lhe a posse do haxixe. Deputado-suplente da Frelimo e sócio-gerente do poderoso grupo Gani Comercial, Ikbal é um homem de grande influência mas, estranhamente, ainda permanece sob prisão preventiva passados dois meses.

A apreensão das 40 toneladas, aparentemente orquestrada por um barão rival, abriu as hostilidades. Dias depois, o empresário Isufo Ali era assassinado ao

chegar a casa, em Maputo, crivado de 12 balas. Ali era tido como informador da PIC e a relação entre a sua morte e as 40 toneladas, inicialmente negada, acabou por ser aceite pela polícia.

Denunciado, Ikbal terá passado a denunciar. Nas últimas semanas, foram detidas oito pessoas por alegado envolvimento em tráfico de haxixe na província norte-nha de Nampula, segundo anunciou a PIC, precisando não haver qualquer ligação entre aquele grupo e Ikbal

Gafar.

O director da PIC de Maputo, Domingos Maita, anunciou que os oito foram detidos em conexão com o tráfico de mais de 120 toneladas de haxixe, a partir de 1993. Proveniente do Paquistão, a droga foi reexpedida pelo porto de Nacala com destino a Portugal, Holanda, Polónia, Macedónia e México, de acordo com documentação apreendida.

Para a PIC, o patrão da rede e dono da droga era o empresário Gulamo Rassul, proprietário da Moti Comercial, em Nacala. No entanto, a polícia não conseguiu deitar-lhe a mão. Prevenido da rusga iminente, Rassul passou a fronteira para a África do Sul e encontra-se agora em parte incerta.

Renamo não fica de fora

As detenções efectuadas permitem, contudo, constatar a existência de fortes ligações empresariais entre os

Continua na pág. seguinte

São Tomé e Príncipe

Uma crise sem precedentes

PÚBLICO, 23.10.95

“QUE FAZER com esta classe política?”. Dois meses após a intencionalidade militar que sacudiu os frágeis pilares da democracia são-tomense, a sociedade civil acaba de lançar um severo libelo acusatório contra os políticos (Governo e oposição incluídos), acusando-os de se digladiarem ferozmente pela conquista do poder, para não saberem depois o que fazer com o poder conquistado.

Convocada pela comissão interpartidária que vai marcando passo nas negociações com vista à formação de um Governo de Unidade Nacional, uma hipótese que continua a merecer reticências por parte do MLSTP/PSD, partido governamental, o encontro da semana passada com a sociedade civil destinava-se a

auscultar a sensibilidade desta quanto às vantagens e conveniências da fórmula de um executivo de consenso, que neste momento tem no Presidente Miguel Trovoada e no partido Acção Democrática Independente (ADI) os mais firmes defensores.

Isto, depois do Partido da Convergência Democrática (PCD) ter anunciado o seu afastamento das negociações interpartidárias, acusando o MLSTP de minar o necessário clima de confiança.

Foi pois face a um impasse em que tinham encajado as negociações que os partidos concordaram em alargar as discussões à sociedade civil. Os debates foram transmitidos na íntegra e em directo pela rádio nacional, facto

que algumas figuras de proa não terão deixado de lamentar. Violentas e implacáveis, as críticas foram-se sucedendo às catadupas, demolindo um sistema considerado ineficaz, uma Constituição ambígua e geradora de confusão e uma classe política incompetente, minada pela corrupção e o clientelismo, divorciada dos problemas nacionais e incapaz de travar o apodrecimento progressivo do país.

A atmosfera vivida no Palácio dos Congressos foi idêntica à de Dezembro de 1989, aquando da Conferência Nacional de Quadros, convocada pelo MLSTP, então partido único, que acabou por decretar a sentença de morte do monopartidarismo. Com a diferença de que desta vez não estava em causa o regime democrático, referendado esmagadoramente em Agosto de 1990, mas sim os bloqueios que o têm atrofiado ao longo de cinco anos, ameaçando precipitá-lo para o abismo.

Por isso, não surpreendeu que os objectivos originais do encontro tivessem sido num ápice subvertidos pelos participantes. A discussão hipotética de um Governo de Unidade Nacional foi completamente secundarizada com a proposta de convocação urgente de uma conferência nacional para discutir o estado do país.

Em 1989, a sociedade civil reuniu-se para sancionar a introdução da democracia. Cinco anos depois, esta mesma sociedade civil acha crucial a convocação de um fórum para discutir o que fazer com esta democracia, que para uma maioria não passa de fachada.

Partidos desautorizados

Alguns observadores viram neste desfecho uma desautorização em regra dos partidos políticos, aos quais a

sociedade civil reconhece cada vez menos autoridade e capacidade para assumir a condução dos destinos do país. O MLSTP, pela voz do seu secretário-geral, Carlos Graça (que tal como o Presidente Trovoada foi pessoalmente visado pelas críticas), já veio a público dizer que o regime democrático não está ameaçado, pelo que o âmbito de uma tal conferência deve ser claramente delimitado, não podendo pôr em causa as instituições democráticas vingentes. Sustentou igualmente que o seu Governo tem um mandato legítimo e que não se encontra em gestão, contrariando uma das teses defendidas no encontro.

O líder social-democrata e primeiro-ministro retomava aliás uma preocupação expressa durante os debates, quando um interveniente considerou que a realização da conferência corresponderia à subversão dos postulados constitucionais. Consideração prontamente rebatida por um jurista, para quem “um Governo de Unidade Nacional nos moldes pretendidos subverteria igualmente os postulados democráticos, uma vez que seria expressão da vontade dos partidos e não do eleitorado”. E acrescentou: “Vivemos uma situação de crise total, uma situação anormal para a qual se exige uma resposta anormal”.

Ignorando-se ainda que contornos virá a assumir a projectada conferência, bem como qual virá a ser o seu âmbito e mandato, a reunião concordou em designar três elementos para, conjuntamente com a comissão interpartidária, articular os preparativos e definir modalidades.

A menos de um mês da data prevista para as eleições autárquicas, e a cerca de cinco meses das presidenciais, o país está à deriva, mergulhado numa crise sem precedentes, que atinge todas as esferas do poder e cujas expressões folhetinescas já não surpreendem o cidadão comum. ■

Conceição Lima,
em São Tomé

Cont. da pág. anterior

Frelimo “connection”

narcotraficantes e conhecidas personalidades da vida política. Entre os detidos, conta-se o chefe do departamento de Comércio Externo de Nacala, Rosário Mendonça, e o antigo director provincial do Comércio, Eduardo Abacar, que teria facilitado a emissão dos boletins de registo de exportação para os contentores de haxixe de Rassul.

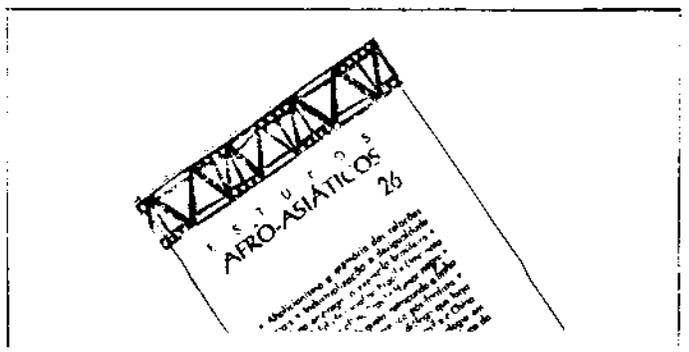
A mais recente detenção, e a mais comentada, foi a do espanhol José Luis da Costa Virott, antigo cônsul-honorário de Espanha em Quelimane e director-geral da Afropesca, cujos frigoríficos foram usados para armazenar o haxixe. Entre os sócios da Afropesca conta-se Adeline Isabel Mocumbi, a esposa do primeiro-ministro moçambicano. Co-proprietária da Afropesca é também a Afrotrading, uma empresa de importação-exportação que tem entre os sócios Carlos Klint, do Comité frelimista e patrão do canal privado RTK.

Embora haja prevalência de nomes sonantes da Frelimo entre os políticos com ligações empresariais com os traficantes, a Renamo não ficou intocada. Um dos oito detidos foi identificado como Abdul Rahimo,

representante da Renamo na Ilha de Moçambique, onde teriam ocorrido desembarques de haxixe.

E as coisas poderão não ficar por aqui. A polícia está neste momento no encalce de dois empresários zambianos não-identificados, que teriam colaborado no transporte rodoviário da droga. Segundo o diário Mediafax, a PIC também estaria interessada em ouvir o ministro da Administração Estatal, Alfredo Gamito, que era governador de Nampula quando as 120 toneladas de haxixe por lá passaram.

Gamito comentou que ficou “sobremaneira surpreendido” com a detenção de Eduardo Abacar, titular do Comércio no seu governo provincial e por várias vezes seu substituto. Reiterando a sua confiança em Abacar, Alfredo Gamito revelou que, em 1993, este o informara das exportações de haxixe de Gulamo Rassul, e que ambos tinham então comunicado o caso à polícia. Contudo, a polícia não se mexeu e, aparentemente, o governador também não, porque o caso só veio a lume dois anos depois, quando foram apreendidas as 40 toneladas de Ikbal Garar. ■



Secretário-geral do PAICV em entrevista ao PÚBLICO

“Cabo Verde precisa de uma nova esperança”

PÚBLICO, 26.10.95

José Vicente Lopes
na Cidade da Praia

Um governo do PAICV relacionar-se-ia melhor com o executivo socialista português do que a actual equipa do Movimento para a Democracia (MpD), afirmou Aristides Lima, secretário-geral do partido que perdeu as eleições em 1991 e pretende agora desferrar-se nas novas legislativas, em 17 de Dezembro.

“Não estou sob a sombra de Pedro Pires. Nem eu nem ninguém. O PAICV cresceu de tal forma e modernizou-se tanto que jamais irá estar sob a sombra de quem quer que seja”, disse ao PÚBLICO o actual secretário-geral daquele partido, Aristides Lima, que pretende levá-lo de regresso ao poder dentro de oito semanas.

Embora defenda que as relações entre Cabo Verde e a antiga metrópole sejam sobretudo Estado a Estado, Lima acredita que o facto de o PAICV e o FS pertencerem à mesma família ideológica facilita grandemente o relacionamento, tanto mais que o primeiro-ministro indigitado de Portugal, António Guterres, foi um dos padrinhos da adesão do seu partido à Internacional Socialista.

“Falamos a mesma linguagem da liberdade, da democracia e da solidariedade. E há desde longa data relações pessoais e de amizade entre dirigentes do PAICV e do PS”, declarou o sucessor de Pedro Pires no lugar de secretário-geral e o homem que quer disputar a Carlos Veiga a chefia do Governo.

Derrotado nas primeiras eleições multipartidárias, em Janeiro de 1991, o partido saído do antigo ramo cabo-verdiano do PAIGC de Amílcar Cabral e Aristides Pereira partiu daí para a

sua reconversão e modernização. Segundo Lima, hoje é completamente diferente, “mais confiante nas suas forças e nas suas perspectivas face às novas eleições. Sobretudo, mais descomplexado em relação a si próprio”.

Uma direcção rejuvenescida

“É um partido que ganhou muito mais adesão da sociedade, tem uma direcção rejuvenescida, com competências acrescidas em diversas áreas. É um partido com mais democracia interna, com uma comunicação mais horizontalizada e com mais implantação na juventude”, disse-nos o chefe da oposição cabo-verdiana.

Questionado sobre se os seus compatriotas não estariam perante uma simples operação de marketing ou de reformulação da imagem pública de um partido desgastado por 15 anos de poder, respondeu que não, asseverando que se trata de uma atitude sincera e honesta: “Entendemos que a democracia é fundamentalmente diálogo, um diálogo que passa pelo reconhecimento dos outros, mas também pela ideia de que todos nós somos poucos para a tarefa de desenvolvimento de Cabo Verde”.

Aristides Lima assegurou que o PAICV possui o melhor programa de Governo para o país. Desafiado a esmiuçá-lo, respondeu: “No plano institucional, propomos um conjunto de medidas para consolidar o regime democrático. Defendemos o fim do monopólio dos partidos na apresentação de listas de candidatos ao Parlamento, alargando esse direito a grupos de cidadãos, da mesma forma que advogamos a melhoria do acesso de todos à fiscalização da constitucionalidade”.

Marcado pela sua própria experiência de partido há mais de quatro anos confinado a um pequeno reduto parlamentar, aquela formação vai agora propor um conjunto de medidas sobre os direitos da minoria, de modo a defendê-la de uma eventual tirania da maioria: “Temos uma concepção diferente (do MpD) do valor das minorias e das oposições no sistema democrático. Elas não devem ser consideradas inimigas do sistema, mas antes um elemento essen-

cial da democracia”.

Outro cavalo de batalha do PAICV é a transparência da condução da vida pública, tema constante dos últimos anos em Cabo Verde, marcados por denúncias de corrupção e clientelismo por parte de individualidades afectas ao MpD. “Propomos por isso um conjunto de medidas no sentido de assegurar maior transparência na administração pública, combate à corrupção, ao clientelismo e a todos os males inerentes ao exercício de cargos públicos e políticos”, anunciou o entrevistado.

Outra bandeira eleitoral é aquela a que chama a “restauração da função presidencial”. A Constituição, aprovada pelo MpD em 1992, sem a participação do PAICV, que discordava da forma como o debate foi conduzido, retirou os poderes de que o chefe do Estado antes gozava, passando o mesmo a ter uma função considerada decorativa pelos críticos do sistema em vigor, um deles o próprio Presidente António Mascarenhas Monteiro.

Trata-se, ainda hoje, de um tema que separa o MpD das demais forças políticas, que defendem o mesmo ponto de vista do PAICV. Curiosamente, mesmo antigos dirigentes do MpD, hoje no Partido da Convergência Democrática (PCD), que se destacaram na defesa de tal sistema passa-

ram a subscrever o “semipresidencialismo”, em detrimento do “parlamentarismo mitigado” adoptado há três anos.

“Pretendemos dar ao Presidente da República maiores e mais amplos poderes. Teremos um sistema semipresidencial e não um presidencialismo do primeiro-ministro, como acontece agora”, disse Aristides Lima.

Crítico do que geralmente considera “neoliberalismo selvagem do MpD”, é todavia no campo económico que o PAICV e o seu grande rival parecem estar de acordo, nomeadamente no que concerne às privatizações, ressaltando-se contudo o ritmo.

No entender do líder da oposição, as privatizações têm sido um jogo de cartas marcadas, sem defender da melhor forma os interesses do país: “Defendemos que não devem ser muito apressadas. É necessário criar condições para que os empresários nacionais possam participar melhor em processos deste tipo”.

Aristides Lima crê que a luta de Dezembro vai ser sobretudo entre o PAICV e o MpD, ocupando os demais partidos um papel muito subalterno: “É o próprio MpD que está interessado nisso. Focaliza muito o seu discurso no PAICV e, paradoxalmente, retira-lhe a oportunidade de se defender na comunicação social do Estado, nomeadamente na televisão, a favor dos chamados partidos pequenos”.

Para ele, o PAICV vai regressar ao Governo porque o mesmo povo que o afastou em 1991 “está cansado do desemprego e precisa de uma nova esperança”. ■

Savimbi adia Luanda

PÚBLICO, 26.10.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, poderá adiar a sua instalação em Luanda, de Janeiro para Março, devido a atrasos relacionados com o processo de desmobilização do exército governamental e da sua própria organização, segundo diplomatas em Luanda. O adiamento, segundo as mesmas fontes, citadas pela Reuter, foi admitido pelo mediador da ONU, Alioune Blondin Beye, durante um encontro precisa-

mente com os diplomatas acreditados na capital angolana. Especialistas ouvidos pela agência britânica concordam que a desmobilização de 60 mil homens da UNITA e de 100 mil das Forças Armadas Angolanas, e a criação de um único exército de 70 mil soldados são o maior obstáculo à paz depois de duas décadas de guerra em Angola. Savimbi anunciou recentemente em França o seu regresso a Luanda em Janeiro, mas o Presidente angolano José Eduardo dos Santos disse domingo nas Nações Unidas que o líder da UNITA poderá chegar apenas em Março. ■

Crianças presas nas cadeias de Moçambique

PÚBLICO, 26.10.95

O MINISTRO moçambicano da Justiça José Abudo, admitiu quinta-feira que "muitas crianças" permanecem detidas nas prisões do país, facto que constitui uma flagrante violação aos direitos infantis básicos.

José Abudo fez esta revelação após visitar algumas cadeias nas províncias centrais moçambicanas de Sofala e Manica, tendo na ocasião anunciado um pacote de medidas destinadas a pôr termo a este atropelo e à superlotação das prisões.

"Existem menores de 14/15 anos nas cadeias e eu não compreendo como é que essas crianças se encontram metidas nas cadeias, visto que estão sob ordem da Procuradoria da República", afirmou o ministro. O titular da Pasta da Justiça de Moçambique determinou que "esta situação deve ser corrigida imediatamente".

Actualmente cerca de metade da população prisional de Moçambique continua a aguardar acusação formal, após te-

rem expirado os prazos legais de detenção preventiva.

Nos termos da actual legislação moçambicana, a detenção preventiva não deverá ser superior a um período de 48 horas, mas esses prazos não são cabalmente cumpridos pelas instâncias de direito devido à exiguidade de quadros profissionais com que se debate o Ministério da Justiça.

Muitos dos detidos chegam a permanecer nas cadeias moçambicanas durante vários meses, enquanto aguardam uma acusação formal.

O ministro da Justiça de Moçambique, José Abudo referiu que as medidas previstas para avaliar as cadeias incluem a liberdade condicional, a conversão das penas de prisão em multa, caução e termo de identidade.

As intenções do ministro da Justiça podem ser mal acolhidas pela população, que já se queixa de alegada "impunidade" de que "desfrutam" os prevaricadores quando encaminhados para os órgãos estatais

de repressão ou justiça.

Aliás, são conhecidos casos de detidos que, ao beneficiarem da liberdade condicional, entregam-se de novo a actos de vandalismo. Os cidadãos acusados de incorrerem em crime são detidos independentemente da natureza do crime praticado e as estruturas responsáveis pela formalização da detenção não têm capacidade de resposta.

Na principal cadeia da província de Manica, Abudo disse ter constatado que mais de metade dos reclusos aí internados aguardam julgamento há mais de um ano.

O ministro da Justiça afirmou ter testemunhado igualmente que persistem os problemas que no início deste ano levaram à morte de mais de 30 reclusos na cadeia conhecida por "cabeça do velho", no distrito de Manica, província com o mesmo nome.

Má nutrição, anemia, diarreia sangüinolenta e tuberculose são os males que ceifaram vidas a dezenas de reclusos inter-

nados na "cabeça do velho", que aliás espelha a realidade de quase todas as penitenciárias moçambicanas, que albergam, grosso modo, o dobro de "inquilinos" para que têm capacidade.

Na cidade da Beira, foram, quarta-feira libertados de uma esquadrinha da polícia três dos oito tanzanianos detidos por entrada ilegal no país, após terem sido evacuados para o hospital central local quando se encontravam na iminência de morrer, devido à fome que campeia a cadeia.

Os responsáveis pelas cadeias de Moçambique alegam a falta de fundos para justificar a penúria e as péssimas condições sanitárias que afectam as prisões em todo o país.

Organismos internacionais dos direitos humanos têm salientado nos últimos anos que Moçambique registou melhorias substanciais nesta esfera, cenário que talvez não seja testemunhado pelos ocupantes das cadeias do país. ■

Sul-africanos têm eleição que faltava

A ÚLTIMA peça da construção democrática sul-africana será colocada na próxima quarta-feira, com a realização de eleições locais, que constituirão o primeiro teste do apoio popular ao Congresso Nacional Africano (ANC), o grande vencedor (63 por cento dos votos) das primeiras eleições multiraciais da história do país, as legislativas de Abril do ano passado. Depois disso já houve também eleições provinciais.

Apesar de as urnas irem também julgar os outros partidos do Governo de União Nacional, os analistas salientam que as eleições se transformaram numa espécie de referendo à incapacidade

do ANC de controlar a criminalidade.

Estas eleições não se realizaram nas províncias de KwaZulu-Natal (de maioria étnica zulu) e em algumas zonas do Cabo Ocidental (de maioria branca e mestiça), devido a disputas de fronteiras entre as municipalidades.

Para proteger as minorias brancas em certos locais e negras em outros, cada um dos grupos terá garantido à partida 30 por cento dos assentos, sendo os restantes 40 por cento preenchidos segundo a representação proporcional.

EXPRESSO, 28.10.95

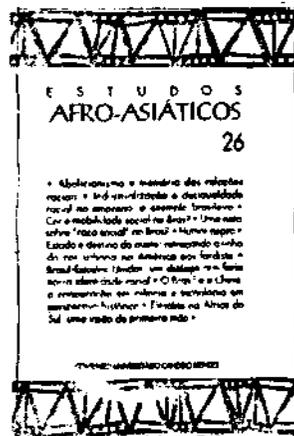
Desmobilizar é preciso

O REPRESENTANTE do secretário-geral da ONU em An-

gola, Alioune Blondin Beye, visitou ontem as instalações destinadas às tropas da UNITA na província de Uige, numa tentativa de acelerar o processo de acantonamento das forças de Savimbi.

O atraso em relação ao calendário previsto nos acordos de Lusaka ultrapassa os nove meses e bloqueia a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, sucessivamente adiada de Outubro para Janeiro e, agora, para Março.

O clima de desconfiança aumentou na sequência de uma reportagem difundida há uma semana pela TV angolana mostrando o primeiro lote de «soldados» da UNITA que se dirigiam para o acantonamento — tinha uma elevada percentagem de crianças de 14 e 15 anos.



A hora de Aristides Lima

PÚBLICO, 26.10.95

A DERROTA eleitoral do PAICV, em 13 de Janeiro de 1991, constituiu a queda dos combatentes da independência e a ascensão de uma nova geração de quadros que tinham em Amílcar Cabral uma referência política e mítica, cada vez mais vaga. Na sua travessia do deserto, o próprio "partido de Cabral" teve de proceder à renovação dos seus dirigentes, cabendo a Aristides Lima receber o testemunho das mãos de Pedro Pires, que por seu turno o recebera no ano anterior das do Presidente Aristides Pereira.

Tal como Aristides Pereira, o actual

secretário-geral do PAICV nasceu na ilha da Boa Vista, é um homem de fala mansa e gestos calmos, dedica-se às coisas do espírito e raramente perde o controlo de si.

Há dias, porém, numa refeição na Assembleia Nacional, chamou aos seus adversários do MpD uma "matilha de cães". Num Parlamento onde os deputados do PAICV já foram apelidados de macacos, assassinos, cambiais e outros nomes, o delírio de Aristides Lima, de 40 anos, foi praticamente ignorado, não obstante o esforço do MpD em fazer do assunto um grande caso.

Oriundo de uma família modesta, é o único dos três irmãos que se negou a seguir as pisadas do pai, um capitão de veleiros das águas de Cabo Verde. Ao contrário deles, fez o liceu em São Vicente, onde teve como professor o inesquecível Baltasar Lopes da Silva. E foi também nessa ilha que despertou para a causa nacionalista, acabando, em 25 de Abril, por participar na sua ilha natal na campanha em prol da independência do país.

Depois de uma experiência no jornalismo, foi contemplado com uma bolsa de

estudos na RDA, regressando em 1963, formado em Direito Económico. Dois anos mais tarde seria eleito, pela primeira vez, deputado pela sua ilha à antiga Assembleia Nacional Popular.

Tido como indivíduo metódico e aplicado nas suas tarefas, Aristides Lima procura hoje aprofundar os seus conhecimentos políticos estudando a fundo os mestres da social-democracia e do liberalismo. Desde que assumiu há dois anos a liderança do PAICV, teve de adiar o sonho de uma pós-graduação em Direito Constitucional. ■

UNITA e Portugal discutiam novas tréguas nas vésperas do 25 de Abril

Adelino Gomes

No meio dos ferozes combates do início de 1974, as autoridades portuguesas e o líder da UNITA mantiveram um canal aberto e estiveram prestes a celebrar novas tréguas. Soares Carneiro procurou manter a PIDE fora de tudo, e chegou a preparar-se para um encontro com Savimbi algures no Luso. Revelações do missionário António de Oliveira, que serviu de correio entre as duas partes. Pela primeira vez também, as circunstâncias

O Exército português e a UNITA continuaram a negociar mesmo depois de rompidas as tréguas que vigoraram entre fins de 1971 e o Verão de 1973 na região do Moxico, na Zona Militar Leste de Angola, revelou ao PÚBLICO o padre António Araújo de Oliveira, que serviu de correio entre as duas partes.

Nos encontros e nas cartas de que este missionário claretiano foi portador, chegou a esboçar-se um princípio de acordo e a marcar-se a data de um encontro entre o secretário-geral de Angola, general Soares Carneiro, e Jonas Savimbi, para 28 de Fevereiro, algures nas matas do Moxico. O missionário, convencido de que o general mantinha o chefe do Governo de então, Marcelo Caetano, informado destes contactos, fez saber a Savimbi que autoridades coloniais pensavam "dar rapidamente a independência" a Angola.

Soares Carneiro desmente que estivesse em ligação directa com Caetano e diz que o padre Oliveira confundiu "processo de aceleração de uma autonomia progressiva e participada" com "independência próxima" (ver "Soares Carneiro acha que Savimbi queria ganhar tempo").

Numa das cartas, datadas de Fevereiro de 1974 e à qual o PÚBLICO teve acesso, Savimbi declara-se "decidido a ir pelo caminho político", mas queixar-se-á, pouco depois, de que os portugueses intensificavam as acções militares, utilizando forças de elite contra o seu movimento.

A desconfiança em relação às intenções dos portugueses pode explicar o malogro desta segunda tentativa de acordo de paz. "Matámos dois anos com pessoas de má fé", lamenta Jonas Savimbi numa longa carta datada de 21 de Fevereiro de 1974 e na qual historia todo o processo de aproximação entre os militares portugueses e o seu movimento.

Foi o desejo de caçar que conduziu o missionário António de Oliveira aos trilhos da UNITA nas densas matas a sul de Cangumbe, no Leste de Angola. O padre claretiano chegou a esta então colónia portuguesa em 1970, com 27 anos. Os seus superiores da Congregação dos Missionários do Coração de Maria (fundada em 1849 por santo António Maria Claret) destinaram-lhe a missão de S. Pedro,

na região do Luso (hoje Luena). "Para mim era um prazer estar numa zona de guerrilha. Tinha estudado no estrangeiro, havia aquelas ideias todas no ar."

Através de catequistas, enviava uma primeira carta ao chefe da UNITA na região, pedindo-lhe licença para caçar em paz. Uma hepatite obriga-o, no entanto, a regressar à metrópole, onde fica um ano e meio.

Quando a saúde lhe permite voltar à missão, em 1973, já o general Abel Hipólito substituíra Bettencourt Rodrigues à frente da Zona Militar Leste. A alteração do comando pôs fim ao pacto de não agressão que aí vigorava de facto, na sequência de contactos estabelecidos por intermédio de madeireiros, a partir de 1971, entre a UNITA e o Exército português.

O missionário tenta restabelecer contactos, e envia para a mata pequenas lembranças de Natal. Nos primeiros dias do novo ano recebe uma carta, assinada por um tal Cornélio Antunes (pseudónimo de um tenente de nome Sabino, que se tornará o "correio" da outra parte), em que este lhe propõe um encontro. "Nós não queremos colocar a sua situação em perigo perante a DGS, mas se tivesse possibilidades de se encontrar com um de nós teríamos muito prazer nisso para podermos trazer para Angola uma PAZ [sic] verdadeira que tenha [em] consideração os interesses políticos genuínos de todos os habitantes desta TERRA [sic]" (ver texto completo da carta nestas páginas).

"Nem a PIDE se pode meter nisto"

"Fiquei perplexo", conta António Oliveira. A abertura da UNITA respondia às suas melhores expectativas, mas o receio de não ser compreendido fá-lo hesitar. "Todos me diziam, no entanto, que o Passos Ramos [então tenente-coronel responsável pelas Informações do Estado-Maior do Comando da ZML, hoje brigadeiro na reforma] era um homem de confiança. Quando lhe mostrei a carta, exclamou: 'Ó diacho! Querem entrar em contacto connosco outra vez...'"

A hipótese de se rasgar um novo caminho para a paz numa região onde toda a gente tinha amigos ou conhecidos mortos sobrepõe-se ao receio que Antó-

nio Oliveira tinha de poder vir a ser instrumentalizado. Fala com o bispo da diocese, o beneditino Francisco Esteves Dias, já falecido, que o incita a continuar ("você é missionário, deve falar com toda a gente") e lhe entrega mesmo uma carta para Savimbi e latas de leite em pó para as crianças da mata.

Quando, em 2 de Fevereiro, o secretário-geral de Angola e membro do conselho de Defesa da província, general Soares Carneiro, lhe manda um avião ao Luso, o missionário sente que uma página da história angolana pode estar ali a escrever-se. O mesmo deve ter sentido Soares Carneiro, a avaliar pelas recomendações que faz ao missionário, no final do encontro de duas horas que mantiveram em Luanda: "Se alguém — seja quem for, até a PIDE! — lhe fizer perguntas, diga-me. Ninguém se deve intrometer nisto."

Os contactos desenvolvem-se, à margem da guerra, que prossegue, violenta. Numa das cartas, Savimbi invoca esse motivo para lamentar não poder encontrar-se com o mediador, que propusera contactos semanais com Sabino e se atrevera a pedir um encontro com Savimbi. "Para nós, no Leste, o Savimbi era um mito. Mesmo as carnificinas da UNITA a gente pensava: 'Isso são os soldados. Savimbi não sabe.' O mesmo ouvi mais tarde a elementos da UNITA, quando começaram a circular rumores sobre a queima das feiticeiras, a eliminação de Wilson Santos etc."

Por razões não explicadas, Savimbi deixa cair as condições do lado português para um novo cessar-fogo, que só virá a celebrar-se quase dois meses depois do 25 de Abril de 1974. Essas condições, postas por Soares Carneiro e transcritas numa carta enviada pelo missionário português a Savimbi, incluíam o "início imediato de negociações" e a interrupção pela UNITA "de todos os contactos com o exterior". Soares Carneiro im-

Continua na pág. seguinte

Soares Carneiro acha que Savimbi queria ganhar tempo

"NAS VÉSPERAS do 25 de Abril de 1974 estava em marcha um processo de aceleração de uma autonomia progressiva e participada em Angola, mas não se pensava numa independência próxima", disse ao PÚBLICO o secretário-geral de Angola ao tempo do reinício do diálogo com a UNITA, general Soares Carneiro. Este militar, hoje com 67 anos e na situação de reforma, depois de ter ocupado a chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas, considera que a juventude e o desconhecimento da realidade africana e dos contactos anteriores do exército com Jonas Savimbi terão levado o missionário António de Oliveira a interpretar erradamente o projecto da administração portuguesa. "Naquela altura, a intenção independentista não estava na orientação que eu conhecia do Governo geral."

Soares Carneiro confirma, no entanto, que estabeleceu contactos com Jonas Savimbi através do padre Oliveira, um homem que lhe deixou a imagem de alguém com "um ardor missionário muito grande e um grande empenho na procura de uma solução para a paz em Angola, mesmo que à custa de sacrifícios". Confirma igualmente que se dispôs a ter um encontro na mata com Jonas Savimbi, apesar dos riscos que a iniciativa podia comportar. "Pretendia ouvir dele o que ele pretendia de nós."

A ausência de resposta às suas condições para um cessar-fogo e a revolução do 25 de Abril inviabilizaram o encontro entre os dois homens, que se viam a conhecer pessoalmente apenas através dos acordos de Bicesse. Durante uma deslocação de Jonas Savimbi a Lisboa, era o seu interlocutor secreto de 23 anos antes chefe do estado-maior general das Forças Armadas portuguesas.

A situação em Angola em 1974 "tornava plausível negociar com os movimentos emancipalistas" e era favorável "à construção de um país multirracial", consideravam as autoridades de então. Soares Carneiro reconhece, contudo, a impossibilidade prática em compatibilizar negociações simultâneas com os três movimentos. E acha mesmo que Savimbi "não esta-

PÚBLICO, 29.10.95

va de recta intenção a negociar" e que aceitou o princípio do diálogo "para ganhar tempo".

Apesar disso, critica, ainda que indirectamente, o reinício de operações militares contra a guerrilha savimbista, decidido pelo general Abel Hipólito. Mal substituiu Bettencourt Rodrigues, o novo comandante da Zona Militar Leste pôs em marcha a operação "Castor", para aniquilar a UNITA, sem dela dar conhecimento ao Conselho local da Contra-subversão. "Não tinha que ir, mas as relações anteriores com Savimbi obrigavam a isso."

Soares Carneiro, que, apesar de ter o posto de tenente-coronel, ocupava o segundo lugar da hierarquia política do estado de Angola, reconhece, a propósito, que entre as chefias militares existiam diferentes apreciações "quer da situação, quer da conveniência em encontrar uma solução integradora da paz".

A possibilidade de reatar o diálogo com o líder da UNITA surgiu aos seus olhos muito longe da visão táctica que levava Bettencourt Rodrigues a alimentar os contactos anteriores e a conseguir dessa forma, na prática, eliminar uma das frentes de combate. O objectivo agora era o de "estabelecer a paz dos bravos", acenada por Marcelo Caetano aos guerrilheiros que quisessem acolher-se de novo à sombra da bandeira nacional, e integrar a UNITA "numa dimensão de uma Angola só".

Embora estivesse na sua ideia que Angola tenderia a tornar-se "um novo Brasil", o general insiste em que os responsáveis da administração portuguesa nunca alimentaram a ideia de "precipitar a independência" da maior das colónias de Portugal, "muito menos uma independência branca".

Confirma ter enviado a Jonas Savimbi, a pedido deste, o livro de António de Spínola, "Portugal e o Futuro", mas desmente uma alegada ligação directa sua com o presidente do Conselho, Marcelo Caetano. "Nunca lhe mandei nem sequer um cartão de parabéns", assevera.

Soares Carneiro prefere não comentar a entrevista de Jonas Savimbi a José Freire

Cont. da pág. anterior

UNITA e Portugal discutiam novas tréguas nas vésperas do 25 de Abril

punha ainda que na zona do seu encontro com Savimbi houvesse um cessar-fogo de seis dias (dois antes e quatro depois).

O líder angolano limita-se a responder, numa carta datada de 9 de Março, que as propostas das autoridades portuguesas foram transmitidas aos seus colegas da Direcção e que estão "em estudo".

O padre Oliveira ainda faz seguir para a mata o último discurso de Marcelo Caetano que lhe fora enviado pelo gabinete do governador do Moçico, e o livro "Portugal e o Futuro", do general Spínola, expedido de Luanda por Soares Carneiro.

O seu sonho de se encontrar com o líder angolano concretizar-se-á apenas depois do 25 de Abril. Uma primeira vez, cinco dias depois do golpe de Estado em Portugal, conduzido pelo seu interlocutor directo daqueles meses, tenente Sabino, e uma segunda quando acompanhou a delegação militar portuguesa que se deslocou à mata para aí assinar solenemente com o chefe da UNITA, em 16 de Junho, o cessar-fogo definitivo que conduziria ao fim da guerra entre Portugal e os três movimentos armados com quem o Exército se batia em Angola.

"Ele até sai limpo"

Do ponto de vista de António de Oliveira, o facto de Savimbi não ter dado seguimento ao assédio insistente das autoridades coloniais nos primeiros meses de 1974 prova que o líder guerrilheiro "nunca pensou em entregar-se" e que o seu objectivo se centrava na tentativa "de ganhar tempo".

"Ele queria coisas pequenas mas nenhum acordo político", observa, analisando a esta distância a actuação de Savimbi naqueles meses em que as circunstâncias o catapultaram, jovem padre com menos de trinta anos, para uma missão secreta que podia ter levado a paz à zona martirizada onde os seus superiores o haviam colocado.

Antunes, incluída no livro "A Guerra de África — 1961-1974", que o Círculo de Leitores lança dentro de três semanas. "Numa altura em que o fundamental é contruir a paz em Angola, não me parece oportuno estabelecer rectificações, reservas ou juízos de valor." Classifica no entanto como "elucubrações a nível das chefias militares" a ideia ex-

"Torna-se evidente, olhando para trás, que Savimbi evitou avistar-se directamente com qualquer representante das autoridades coloniais. Não foi por acaso que os contactos nesta segunda fase se processaram sempre por meu intermédio — uma maneira diplomática de dizer que não reconhecia as autoridades portuguesas. Soares Carneiro acusou o toque e até lhe mandou um cartão, à espera de reciprocidade. Ele, porém, continuou a dirigir-se a mim."

É por tudo isto que o missionário-medianeiro de 1974 estranha a renitência de Savimbi em reconhecer que o relacionamento entre as duas partes foi mais profundo do que indica na entrevista ao investigador José Freire Antunes (ver PÚBLICO de 19/10): "Se ele assumiu já o passado [de aliança] com a África do Sul e agora veio assumir parte do passado com Portugal, porque é que não há-de assumir tudo?"

António de Oliveira permaneceu em Angola até ao Verão de 1975. Guerrilheiros do MPLA estiveram a ponto de o fuzilar, no Luso, donde conseguiu alcançar o Huambo, por caminho-de-ferro. A verdadeira solução para Angola, acreditava e assim continuou a pensar por muitos anos, encontrava-se na UNITA. "O MPLA era pró-soviético e a FNLA, racista." A ruptura só surgiu quando se convenceu de que Savimbi era o responsável das mortes de Wilson Santos e família e da queima das feiteceiras. Elementos mais fanáticos entre os apoiantes do líder angolano chegaram a ameaça-lo de morte, em Lisboa, onde dirige o colégio universitário Pio XII.

O receio de que pensem tratar-se de uma vingança leva-o a não deixar publicar as cartas que recebeu de Jonas Savimbi. Apesar das profundas divergências que dele o separam hoje, não tem dúvidas em salientar que Savimbi "até sai limpo" deste episódio. "Ele nunca fez nenhum acordo político, e nunca se rendeu, que era o que a tropa mais desejava." ■

pressa no mesmo livro pelo general Costa Gomes de que o regime colonial pensava oferecer a Savimbi o cargo de governador do Bié. "Nós, a nível político, nunca o pensámos. Não que ele não o merecesse, mas porque isso iria fechar-nos as portas a outras negociações com os outros movimentos emancipalistas [MPLA e FNLA]." ■

Adelino Gomes

Como chegaram as cartas à "Afrique-Asie"

PÚBLICO, 29.10.95

O 25 de Abril já tinha chegado a Angola e os milicianos, sobretudo os que não se identificavam com a ordem colonial, sentiam-se impelidos a actuar em maior conformidade com a sua consciência política. E assim que, ao deparar com um "dossier" com o carimbo de "muito secreto" acabado de chegar da 2ª Repartição (informações) e referente ao comando militar da Zona Leste, o furriel miliciano de serviço no Gabinete de Inspectores do Quartel-General da Região Militar de Angola não hesita um minuto. Em vez de o colocar no cofre, cuja chave se encontra a sua guarda, arrisca transportar com ele a porta de armas.



Documentos secretos

terem as fotocópias do documento chegado às mãos do Comité Central do MPLA, então ainda no exterior do território: "Atenção, Luanda! Atenção, Luanda! As galinhas chocaram os ovos".

Quando, tempos depois, a "Afrique-Asie" publica quatro cartas atribuídas a Jonas Savimbi, o furriel fica a saber o que o MPLA decidiu fazer com o escaldante "dossier" que entregara a António Cardoso.

Passados 21 anos, o jornalista Celestino Amaral vê ele o furriel miliciano que protagonizou esta história: não se arrepende do que fez. "Tenho até muito orgulho nisso", diz, a voz enfraquecida por persistente doença que há meses o retém fora dos escrits da SIC, em cuja redacção trabalha, depois de ter permanecido vários anos no "Expresso", onde ganhou notoriedade como jornalista de investigação. ■ A.S.

Nem paz dos vencedores nem paz dos vencidos

CARTA ENVIADA em 29-12-73 por Cornélio Antunes (pseudónimo do tenente Sabino, chefe de sector da UNITA no Moxico) ao missionário António de Oliveira. Porque se trata do reatar de contactos da guerrilha com o lado português e porque esta é a única entre as numerosas cartas em seu poder que o mediador permite que seja tornada pública por enquanto, o PÚBLICO transcreve-a na íntegra, respeitando toda a grafia e construção frásica original:

Os meus respeitosos cumprimentos e votos do melhor saúde e que tenha passado o NATAL feliz e o que sinceramente lhe desejo.

Nós felizmente passamos bem o Natal e encontramos-nos bem de saúde.

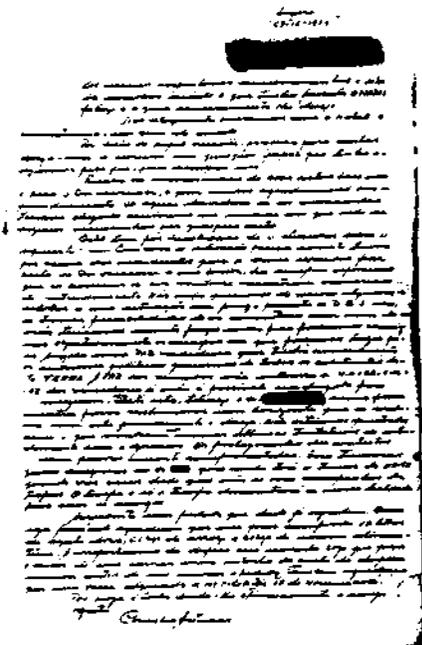
Por falta de papel decente, próprio para cartas, obriga-me a escrever em qualquer papel que tenha adquirido pelo que peço desculpar-me.

Recebi as encomendas de boas festas para mim e para o Dr. Savimbi, o que ambos agradecemos profundamente. Só fiquei duvidoso se as encomendas teriam chegado conforme na medida em que não se faziam acompanhar por qualquer carta.

Esta tem por finalidade de o elucidar sobre o seguinte: — Embora a situação pareça muito tensa por causa dos incidentes que já foram referidos pela carta do Dr. Savimbi à sua pessoa, há sempre

esperança que os homens de boa vontade encontrem caminhos de entendimento. Nós não queremos de forma alguma colocar a sua situação em perigo perante a D.G.S. mas, se tivesse possibilidade de se

todos os habitantes desta TERRA. A Paz dos vencidos não interessa a U.N.I.T.A. e a PAZ dos vencedores já não é possível em Angola para ninguém. Dito isto, talvez o sr. [pa-dre Antonio Oliveira, riscado pelo



próprio para evitar desvasa da PIDE) como pessoa neutra possa vislumbrar um horizonte que se coadune com este pensamento e desejo. Nós estamos frustrados com o que aconteceu nas nossas últimas tentativas de entendimento com o Governo. Os protagonistas dos contactos eram pessoas muito comprometidas. Para terminar quero assegurar ao sr. (nome cortado no original) que nada terá a temer quando vier caçar desde que não se faça acompanhar das tropas. O tempo e só o tempo demonstrará a nossa lealdade para com os amigos.

Acrescento um pedido que desde já agradeço. Caso seja possível agradeça que me fosse comprando 10 litros de azeite (doce?), 20 Kgs de arroz e 20 Kgs de massa alimentícia. A importância da despesa será enviada logo que faça o favor de me enviar uma notinha do custo da despesa mesmo antes de me enviar o (ininteligível). Também agradeça que fosse adquirido a

NOTÍCIA (revista semanal angolana de grande prestígio) de 17 de Novembro.

Por hoje é tudo. Sauda-lhe efusivamente o amigo grato

encontrar com um de nós, teríamos muito prazer nisso para podermos trazer para Angola uma PAZ verdadeira que tenha (em) consideração os interesses políticos genuínos de

Cabo Verde Equívoco eleitoral

PÚBLICO, 29.10.95

O PRESIDENTE da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro, eleito em Fevereiro de 1991, admitiu na semana passada em público, pela primeira vez, candidatar-se a um novo mandato de cinco anos; e apontou duas saídas para ultrapassar o impasse criado com o lapso técnico havido durante a marcação da próxima ida às urnas.

Há três semanas os juristas Rui Araújo e Edeltrudes Neves alertaram nas páginas do jornal "A Semana" para o facto de os decretos presidenciais que estabelecem os dias em que se irão realizar as próximas legislativas e presidenciais não terem aparentemente acatado a norma constitucional que proibe a alteração da lei eleitoral a menos de um ano das eleições. Isso porque a nova lei eleitoral, aprovada pela Assembleia Nacional, em Dezembro do ano passado, apenas foi publicada no "Boletim Oficial" em Março último, tendo-se entretanto marcado legislativas já para 17 de Dezembro próximo e presidenciais para o início de 1996.

Levantada a celeuma, logo surgiram várias interpretações à iniciativa dos dois juristas e à forma como a questão poderia ser solucionada, havendo quem tivesse defendido inicialmente

um regresso à legislação de 1990, argumentando que a lei de 1994 era inaplicável. Mas outros, e há quem também defenderam que a legislação de 1990 deixara simplesmente de existir, não fazendo sentido a ideia dos que se manifestaram a favor da sua "repeçagem", nomeadamente nas partes em que não chocam com a Constituição.

A própria Comissão Nacional de Eleições não sabia se devia fixar o número de círculos e mandatos em função da lei de 1990 ou da de 1994, acabando por adoptar o segundo figurino, alegando os seus membros que a sua própria criação tinha decorrido de acordo com os trâmites do ano passado.

O partido no Governo, através do seu secretário executivo, António Espírito Santo, que se manifestou inicialmente a favor da lei de 1990, teve de arrear o caminho, acabando por se juntar aos partidos da oposição que defendem a legislação mais recente, para além de um acordo político como forma de se ultrapassar o assunto.

Na sexta-feira, em conferência de imprensa, foi a vez de o Presidente Mascarenhas Monteiro considerar "pertinente" a intervenção dos juristas; e de dizer que em nenhum mo-

mento lhe ocorrera que a lei de Dezembro de 1994 só tivesse sido publicada muito mais tarde, vindo assim a pôr em causa a possibilidade de legislativas no fim de 1995 e de presidenciais no início de 1996.

Como forma de ultrapassar o impasse, disponibilizou-se a patrocinar um acordo entre todos os órgãos de soberania e os partidos políticos, que se comprometiam a acatar os resultados das eleições feitas com base na legislação mais recente. Mas avançou também, como alternativa, uma solução de índole estritamente jurídica: convocação de uma sessão extraordinária do Parlamento em que se introduzisse uma alínea ao artigo 102 da Constituição, a dizer que o mesmo não seria válido para as próximas eleições.

O Presidente não esconde a sua preferência pela segunda alternativa, afastando liminarmente a "repeçagem" da legislação de 1990, por entender que isso seria "um autêntico desastre". O MpD propôs a primeira e o secretário-geral do PAICV, Aristides Lima (que esta semana visita Lisboa) manifestou-se disponível para discutir as duas saídas propostas por Mascarenhas Monteiro. ■

José Vicente Lopes, na Cidade de Praia

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Riquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto.

Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.